

patrimoniais e de resultado. Balancete de verificação. Regimes contábeis. Balanço patrimonial: obrigatoriedade e apresentação. Conteúdo dos grupos e subgrupos. Classificação das contas. Critérios de avaliação do Ativo e do Passivo. Demonstrações Contábeis estabelecidas de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, formas de elaboração, estrutura e processos de avaliação. Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação, objeto e regime. Gestão organizacional da Contabilidade Pública no Brasil: papéis da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais de Contabilidade. Legislação básica (Lei nº 4.320/64, Lei complementar nº 101/2000 e Portaria Interministerial nº 163/2001). Receitas e despesas públicas. Receitas e despesas orçamentárias: conceito, classificação e estágios. Receitas e despesas extra-orçamentárias: conceito. Variações patrimoniais: interferências, mutações, superveniências e insubsistências. Plano de contas da Administração Federal: conceito, estrutura e contas de Ativo, Passivo, Despesa, Receita, Resultado e Compensação. Sistemas de contas: financeiro, orçamentário, patrimonial e compensação. Escrituração contábil no setor público: registro das principais operações típicas. Balanços financeiro, patrimonial, orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, de acordo com a Lei nº 4.320/64. Seguridade Social: conceito e princípios constitucionais do custeio da seguridade social. Aposentadorias, pensões e regimes próprios de previdência.

CARGO 08: ANALISTA - ÁREA: DIREITO: Direito Constitucional: Conceito de Constituição. Regras materialmente e formalmente constitucionais. Tipos de Constituição. Poder Constituinte originário e derivado. Controle de Constitucionalidade Difuso e Concentrado. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Direitos e deveres individuais e coletivos. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Direito de Petição. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Organização político-administrativa. O Federalismo no Brasil. Intervenção nos Estados e Municípios. Administração Pública e servidores públicos civis. Separação de Poderes. Sistemas de Governo. Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. O Ministério Público e o Ministério Público de Contas. Defesa do Estado e as instituições democráticas. Princípios Gerais da Atividade Econômica e Financeira. Sistema Tributário Nacional. Constituição do Estado do Pará. Conselho Nacional do Ministério Público. Direito Administrativo: Administração Pública. Conceito. Estrutura legal dos órgãos públicos. Natureza e fins da administração. Agentes da Administração. Princípios da Administração Pública. Poderes e Deveres do Administrador Público. Poderes Administrativos: vinculado; discricionário; hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia. Atos Administrativos. Conceitos e requisitos. Classificação. Espécies. Validade. Formalidade. Motivação. Revogação. Anulação. Modificação. Extinção. Controle de Legalidade. Licitações e Contratos. Princípios, objeto, finalidade, modalidades, fases. Anulação, revogação, prorrogação, revisão, rescisão, suspensão, aditamento. Adesão à Ata de Registros de Preços. Serviços Públicos. Conceito, classificação, regulamentação e controle. Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Agências executivas e reguladoras. Servidores Públicos. Classificação e regime jurídico. Cargos: provimento, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Pará. Lei do Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará. Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará. A Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa e Lei de Acesso à informação. Direito Civil: A lei: vigência no tempo e no espaço. Das pessoas: naturais e jurídicas. Domicílio Civil. Das diferentes classes de bens. Fatos e Atos Jurídicos. Validade e defeitos dos Negócios Jurídicos. Prescrição e Decadência. Atos ilícitos. Direito das Coisas. Posse. Propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias. Teoria Geral das Obrigações. Contratos: espécies, responsabilidade civil, contratual e extracontratual. Direitos das Sucessões. Regimes de Bens entre os cônjuges. Inventário e partilha e divórcio. Da empresa, empresário, gerente. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Direito Penal: Aplicação da lei penal. Crimes. Imputabilidade. Concurso de Pessoas. Pena. Ação Penal Pública e Privada. Extinção da Punibilidade. Crimes contra a honra. A inviolabilidade do Domicílio e da correspondência. O patrimônio, a fé pública e a administração pública. Abuso de Autoridade. Enriquecimento Ilícito. Crimes contra a ordem tributária. Crimes contra o Sistema Financeiro. Crimes contra a Administração Pública. Direito Financeiro e Tributário: Atividade Financeira do Estado. Fontes do Direito Financeiro e Tributário. Princípios Financeiros e Tributários. Despesa Pública. Receita Pública. Orçamento Público. Limitações ao Poder de Tributar. Renúncias de Receita. A Lei 4.320/64. LC 101/2000. O PPA, A LOA

e a LDO. Tributos. Repartição de Receita Tributária. Competências tributárias dos entes federativos. Obrigação Tributária: principal e acessória. Fato gerador. Incidência e não-incidência. Domicílio tributário. Competência e capacidade tributária. Sujeitos do Crédito Tributário. Responsabilidades tributárias. O Crédito tributário: lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Administração tributária. Fiscalização, regulamentação, competência. Limites, procedimentos. Dívida Ativa. Certidão Negativa. Súmulas Vinculantes em matéria financeira e tributária. Seguridade Social: conceito e princípios constitucionais, do custeio da seguridade social. Hipóteses de incidência de contribuição. Arrecadação e recolhimento das contribuições. Responsabilidade pelo recolhimento. Prescrição e decadência. Lei nº 8212/91 aposentadoria, pensões e regime próprio de Previdência.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ - MPCM
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015
ANEXO 02 - CRONOGRAMA COMPLETO**

DESCRIÇÃO	Data
01 AFIXAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO	14/01/2015
02 PRAZO DE RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO	15/01/2015 e 16/01/2015
03 PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	19/01/2015 à 26/02/2015
04 PERÍODO DAS INSCRIÇÕES PARA OS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS HIPOSSUFICIENTES QUE SOLICITAREM A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	19/01/2015 à 22/01/2015
05 PERÍODO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	19/01/2015 à 23/01/2015
06 RELAÇÃO PRELIMINAR DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	28/01/2015
07 PERÍODO DE RECURSO CONTRA A RELAÇÃO PRELIMINAR DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	29/01/2015 e 30/01/2015
08 RELAÇÃO DEFINITIVA DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	04/02/2015
09 PERÍODO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	19/01/2015 à 27/02/2015
10 PERÍODO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	19/01/2015 à 27/02/2015
11 LISTA PROVISÓRIA DE CANDIDATOS INSCRITOS	04/03/2015
12 CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	05/03/2015 e 06/03/2015
13 EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DE DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DAS PROVAS	13/03/2015
14 REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA E DA PROVA DISCURSIVA	22/03/2015
15 AFIXAÇÃO DO GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	22/03/2015
16 PERÍODO DE RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	23/03/2015 e 24/03/2015
17 AFIXAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	07/04/2015
18 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	07/04/2015
19 PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	08/04/2015 e 09/04/2015
20 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	15/04/2015
21 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA	22/04/2015
22 PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA	23/04/2015 e 24/04/2015
23 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA	30/04/2015
24 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À PROVA DE TÍTULOS	30/04/2015
25 PERÍODO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À PROVA DE TÍTULOS	04/05/2015 e 05/05/2015
26 RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS	12/05/2015
27 PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS	13/05/2015 e 14/05/2015
28 RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DE TÍTULOS	19/05/2015
29 RESULTADO FINAL PRELIMINAR	19/05/2015
30 PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO FINAL PRELIMINAR	20/05/2015 e 21/05/2015

31	RESULTADO FINAL DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO	26/05/2015
----	--	------------

BELÉM, 14 DE JANEIRO DE 2015.
**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ - MPCM
CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015
ANEXO 03 - INFORMAÇÕES DOS CARGOS
1. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO**

Cargo 01	Técnico em Administração
Atribuições	Realizar atividades que envolvam a aplicação das técnicas de pessoal, orçamento, organização e métodos, material, secretaria, classificação, codificação, catalogação, digitação e arquivamento de documentos; prestar atendimento ao público em questões ligadas às unidades administrativas. Executar outras tarefas correlatas a critério do superior imediato, além das previstas na Resolução do Colégio dos Procuradores.
Nível de Escolaridade	Nível Médio Completo
Requisitos para Investidura no Cargo	Diploma de conclusão de curso do ensino médio expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida por órgão competente.
Quantidade de Vagas	02 (duas) vagas.
Vencimento	R\$ 1.822,86 (Hum mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos).
Carga Horária	30 (trinta) horas semanais.

Cargo 02	Técnico em Informática - Especialidade: Desenvolvimento
Atribuições	Atuar de forma a permitir a resolução imediata de problemas que impeçam a continuidade dos serviços prestados pelos sistemas de tecnologia da informação; Auxiliar o analista de sistemas na produção de sistemas de informação; preparar testes e testar programas, procurando detectar e corrigir erros não necessariamente relacionados aos conhecimentos do negócio; organizar e padronizar aspectos nos programas, não tratados pelo analista de sistemas, que venham a facilitar a manutenção dos mesmos, permitindo a produção de programas legíveis e mais simples de serem mantidos; atuar de forma a cumprir os prazos de realização dos serviços, comunicando, no caso de dificuldades, o técnico responsável pelo serviço, ou se for o caso, a chefia imediata. Executar outras tarefas correlatas a critério do superior imediato, além das previstas na Resolução do Colégio dos Procuradores.
Nível de Escolaridade	Nível Médio Completo
Requisitos para Investidura no Cargo	Diploma, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino, devidamente reconhecida pelo órgão competente, de conclusão de curso técnico na área ou curso de nível médio acrescido de curso(s) na área de Tecnologia da Informação com, no mínimo, 120 horas/aula. Experiência Profissional mínima de 01(um) ano na área de atuação.
Quantidade de Vagas	01 (uma) vaga.